



**O ENFOQUE SOCIOLÓGICO DE BOURDIEU E A ANÁLISE DE DISCURSO TEXTUALMENTE ORIENTADA (ADTO): INTERFACES PARA INVESTIGAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS EDUCATIVAS**

**EI ENFOQUE SOCIOLÓGICO DE BOURDIEU Y EL ANÁLISIS DEL DISCURSO TEXTUALMENTE ORIENTADO (ADTO): INTERFACES PARA LA INVESTIGACIÓN EN LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS**

**THE BOURDIEU SOCIOLOGICAL APPROACH AND TEXTUALLY ORIENTED DISCOURSE ANALYSIS (TODA): INTERFACES FOR RESEARCH ON EDUCATIONAL POLICY**

Ana Lúcia Felix dos Santos  
Universidade Federal de Pernambuco - Brasil  
E-mail: analufelix@gmail.com

Alexandre Viana Araújo  
Universidade Federal de Pernambuco - Brasil  
E-mail: xandosport@gmail.com

Eixo temático 2: Debates, enfoques e perspectivas epistemológicas da Política Educacional

**Resumo:** O presente texto busca contribuir com o debate sobre procedimentos metodológicos para análise de políticas públicas e políticas educativas, trazendo reflexões sobre a possibilidade de articulação entre a teoria dos campos de Bourdieu e a análise de discurso textualmente orientada (ADTO) de Fairclough. Apresenta ideias principais dos enfoques em tela e estabelece relações entre as mesmas.

**Palavras-chave:** Política educacional. Teoria dos campos. Discurso.

**Resumen:** Este artículo pretende contribuir al debate sobre los procedimientos metodológicos para el análisis de las políticas públicas y las políticas educacionales, trayendo reflexiones sobre la posibilidad de articulación entre la teoría de los campos de Bourdieu y el análisis del discurso textualmente orientado (ADTO) de Fairclough. Presenta las ideas principales de estos enfoques y establece relaciones entre ellos.

**Palabras clave:** Política educacional. Teoría de los campos. Discurso.

**Abstract:** This paper aims to improve the debate about methodological procedures for the analysis of public policies and educational policies, bringing reflections on the possibility of link between Bourdieu's field theory and Fairclough's textually oriented discourse analysis (TODA). Presents the main ideas of the approaches on the screen and establishes connections between them.

**Keywords:** Educational policy. Field theory. Discourse.



## **Introdução**

O tema *política educacional* tem sido amplamente abordado por pesquisadores de diversas áreas. Muitos estudos são elaborados no sentido de analisar/criticar/propor novos caminhos para programas e projetos educacionais implementados por gestões municipais, estaduais e federais. O número de pesquisadores que vem se empenhando em desenvolver estudos que visam analisar, avaliar, criticar e suscitar novos caminhos para a formulação e implementação de tais políticas tem crescido ano a ano. Prova disso é o aumento do quantitativo de estudos do tipo 'estado da arte', no Brasil, como por exemplo, os de Azevedo e Aguiar (2001), Gatti (2004), Gonçalves (2003), Sander (2005), entre outros.

Paradoxalmente, estudos vêm afirmando que a tradição brasileira em analisar/avaliar as políticas públicas, inclusive as políticas educacionais, ainda é bastante incipiente. Ainda estamos em busca de modelos, enfoques, propostas teórico-metodológicas que nos ajudem a desvendar o campo da política educacional. (TREVISAN; VAN BELLEN, 2008).

Outros autores também vão debater sobre a fragilidade da área de avaliação em políticas públicas, apontando a escassa atenção aos métodos de investigação, o uso excessivo de narrativas e leveza metodológica exagerada. Além disso, questiona-se a pouca preocupação com as questões políticas e o pressuposto de que a formulação e implementação de políticas públicas são processos exclusivamente racionais e lineares, desvinculados das questões políticas. (ARRECHE, 2003; FREY, 2000).

Por outro lado, no campo dos estudos sobre política educacional, temos visto crescer a busca de apoio em formulações ou enfoques de autores clássicos, muitos deles oriundos de áreas conexas, como a sociologia, ciência política, dentre outras, que podem fornecer subsídios teórico-metodológicos mais consistentes para o processo de análise desse campo de investigação.

No rastro dessa discussão, o presente texto busca contribuir com o debate trazendo reflexões sobre a possibilidade de articulação metodológica entre a teoria



dos campos de Bourdieu e a análise de discurso textualmente orientada (ADTO) de Fairclough.

Partimos do pressuposto de que a teoria dos campos de Bourdieu nos permite empreender uma análise sociológica da realidade educacional e, especificamente, da política educacional. Compreendemos, também, que essa teoria propõe uma análise da realidade considerando suas determinações históricas e relacionais e considerando, também, a ação e a subjetividade dos agentes que dela fazem parte, colocando-se, dessa forma, dentro da linha de abordagem epistemológica crítico-dialética.

Partimos, também, da ideia de que o campo da pesquisa em educação e em política educacional passou e passa por um processo de constituição de sentidos que se refletem nas pesquisas desenvolvidas e que, ao mesmo tempo, geram e são frutos de mudanças sociais. Aprender novos e atuais sentidos que constituem o campo da pesquisa em educação, e especialmente em política educacional e sua relação com a realidade atual da política educacional no Brasil, constituiu um dos interesses dos atuais pesquisadores que se dedicam a essa temática, de forma que entendemos ser viável e necessário empreender uma análise sociológica dos processos que condicionam o surgimento de determinado programa ou política educacional. Aprender os novos sentidos acima aludidos é possível pelo recurso à análise de discurso. Tomamos aqui a opção de articular às propostas investigativas de Bourdieu a ADTO desenvolvida por Fairclough (2001), que considera o discurso um elemento da vida social interconectado dialeticamente com outros elementos, podendo ter efeitos construtivo e transformativo em outros elementos.

### **Aproximando o debate entre Bourdieu e Fairclough**

A opção pela teoria da ação de Bourdieu para os estudos sobre as políticas educativas aparece na medida em que seus preceitos fundamentais podem nos ajudar a revelar as (re)significações e singularidades de um campo específico, entendido como palco de interesses e conflitos. Além disso, essa



teoria faz uma análise da realidade, considerando suas determinações históricas e relacionais, e considerando, também, a ação e a subjetividade dos agentes que dela fazem parte, colocando-se, dessa forma, dentro da linha de abordagem crítico-dialética.

Ao conceber a sociedade como espaço de dominação cujos mecanismos estão dissimulados, Bourdieu elaborou um sistema completo de leitura das relações sociais para que se pudesse desvendar o que se passa 'por trás do pano'. (LARIHE, 2002).

Com a opção de utilizar a teoria social de Bourdieu, tentaremos seguir o que propõe Lahire (2002) quando nos diz que a escolha por estudar com determinado autor que já partiu, deve consistir num esforço intelectual de continuar imaginando e criando além do que o próprio já imaginou e pensou. O esforço de se avançar se dará na medida em que tentaremos buscar as significações e significados que deverão emergir da análise do campo da política educativa. Aqui se propõe que tais significações podem ser buscadas/viabilizadas com a ajuda de procedimentos próprios da análise de discurso, para procurar apreender as re-significações que um determinado campo (a priori com características estruturais gerais), em um determinado contexto, sofre e introjeta em si mesmo, características subjetivas específicas. No entanto, a opção pela análise de discurso deve estar pautada numa perspectiva que se vincula às propostas de Bourdieu, de forma que consideramos pertinente o recurso à Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO) de Fairclough. Isso porque a proposta de Fairclough está enraizada na sua Teoria Social do Discurso.

Esse autor procurou incluir o lugar da língua em relações sociais do poder e da ideologia e como a língua figura nos processos da mudança social. Seus interesses estão voltados para o discurso enquanto um elemento nas mudanças sociais contemporâneas. Sua pesquisa é baseada na reivindicação teórica de que o discurso é um elemento da vida social e interconectado dialeticamente com outros elementos, podendo ter efeitos construtivo e transformativo em outros elementos.



Nessa Teoria, Fairclough reúne a análise de discurso orientada linguisticamente e o pensamento social e político relevante para o discurso e a linguagem. A ação discursiva na construção dos significados do mundo se dá a partir de uma relação dialética entre o social e o simbólico, entre os indivíduos organizados em grupos (as sociedades) e os símbolos organizados em significados ideológicos (as linguagens). Essa relação se constitui e é constituída (como um caminho de via dupla) tridimensionalmente pelo texto, pela prática discursiva e pela prática social (FAIRCLOUGH, 2001), conforme detalharemos mais adiante.

Desta forma, nos concentraremos no esforço de pensar uma metodologia não apenas de modo mecanicista, mas buscando optar por uma abordagem que contemple o contexto sócio-histórico atual em que nos inserimos. Assim, estamos supondo que o objeto da política educacional integra uma realidade complexa e contraditória, que se forja através de estruturas objetivas e elementos subjetivos que devem ser analisados à luz de uma perspectiva que a entenda na sua complexidade dialética.

Bourdieu esclarece que a análise da realidade deve considerar um enfoque relacional que busque demonstrar o sistema de relações existentes nos espaços sociais, inclusive porque ele reconhece a complexidade e pluralidade de aspectos que constituem a realidade do mundo social. Isso impõe que se busque abordá-la por via da totalidade o que, por outro lado, coloca limites ao conhecimento científico. A elaboração e utilização dos conceitos de campo e de *habitus* para análise da sociedade comprovam o caráter de totalidade da realidade expressos na obra de Bourdieu. Em seu livro *Razões Práticas*, ele busca apresentar o que é essencial no seu trabalho.

Em primeiro lugar, uma filosofia da ciência que se poderia chamar de *relacional*, já que atribui primazia às relações. [...] Também uma filosofia da ação, chamada às vezes de *disposicional*, que atualiza as potencialidades inscritas nos corpos dos agentes e na estrutura das situações nas quais eles atuam ou, mais precisamente, em sua relação. Essa filosofia, condensada em um pequeno número de conceitos fundamentais – *habitus*, campo, capital – e que tem como ponto central a relação, de mão dupla, entre as estruturas objetivas (dos campos sociais) e as estruturas incorporadas (do *habitus*) (BOURDIEU, 2005, p. 9-10, grifo do autor).



Essa discussão corrobora e nos ajuda a entender as formulações de Bourdieu, ao defender que em Ciências Sociais exige-se pensar o objeto em suas dimensões micro e macro. Ele diz que é sempre mais fácil pensar objetos e realidades que podem ser vistos de maneira mais clara, ou seja, pensar em grupos, indivíduos, populações mais ou menos delimitadas, procedimento adotado pelas abordagens positivistas, que pensar em termos de relações que se estabelecem perante, com ou contra essa determinada realidade. Nesse sentido, e a favor de olhar relacional para o real, ele elabora a teoria dos campos – que ele também chama de pluralidade dos mundos.

A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas de pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial de suas propriedades (BOURDIEU, 2004, p. 27).

Essa discussão está na base do seu pensamento epistemológico, que vai defender que a ciência não deve ter apenas um formato, e a própria noção de campo esclarece isso melhor. Essa noção de campo vai permitir delimitar o primeiro preceito do método “que impõe que se lute por todos os meios contra a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista ou, para dizer como Cassirer, substancialista<sup>1</sup>: é preciso pensar relacionalmente” (BOURDIEU, 2004, p. 27-28). Ele insistia que o trabalho de pesquisa deve se basear numa relação prática com a teoria, articulado com a mobilização das mais sofisticadas ferramentas teóricas, para apreender objetos mais ‘concretos’ ou socialmente considerados como menores.

É preciso lembrar que Bourdieu também defendia a necessidade do rigor científico, que não deve ser confundida com rigidez metodológica, presente nos postulados dos que defendiam a unidade da ciência via assunção da unidade

---

<sup>1</sup>“Para me fazer entender, direi que a leitura ‘substancialista’ e ingenuamente realista considera cada prática (como por exemplo, a prática do golfe) ou consumo (por exemplo, a cozinha chinesa) em si mesmas, por si mesmas, independentemente do universo das práticas intercambiáveis e concebe a correspondência entre as posições sociais (ou as classes vistas como conjuntos substanciais) e os gostos ou as práticas como uma relação mecânica e direta”. (BOURDIEU, 2005, p. 16-17).



do método. Daí a necessidade de articular diversas estratégias metodológicas, para cercar o objeto de forma relacional e contextualizada, afinal para ele o que é histórico deve ser contextualizado. Assim, podemos entender que utilizar a análise de discurso como método de procedimento é perfeitamente possível, tanto pelo que está dito acima, quanto por podermos identificar em seus trabalhos referências a estudos dessa natureza, como o livro “*A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*” (BOURDIEU, 1996), no qual propõe um estudo sociolingüístico e desenvolve uma análise dos enunciados performativos.

Para esse autor, as palavras estão carregadas de sentidos e significados que nem sempre são cientificamente adequados, e “a linguagem é um enorme depósito de pré-construções naturalizadas, portanto, ignoradas como tal, que funcionam como instrumentos inconscientes de construção” (BOURDIEU, 2004, p. 39). Elas abordam, muitas vezes ao mesmo tempo, uma categoria social e uma categoria mental. Esse autor defende uma análise sociológica da língua e diz que

uma ciência rigorosa da linguagem substitui a questão saussuriana das condições de possibilidade da intelecção (isto é, a língua) pela análise das condições sociais de possibilidade de produção e circulação lingüísticas. As características mais importantes do discurso se devem às relações de produção lingüísticas nas quais ele é produzido. O signo não tem existência (salvo abstrata, nos dicionários) fora de um modo de produção lingüístico concreto (BOURDIEU, 2003, p. 146-147).

### **Esclarecendo a abordagem de análise de discurso adotada**

A análise do discurso enquanto teoria e método de explicação da realidade vem paulatinamente se firmando no campo das ciências sociais. Mikhail Bakhtin é um dos autores clássicos que teve grande responsabilidade sobre esse fenômeno. Suas reflexões, que colocam a interação social como principal foco dos estudos da linguagem, têm marcado diferentes áreas do conhecimento, influenciando fortemente a análise de discurso. Para ele, a língua é um produto sócio-histórico, uma forma de interação social realizada



por meio de enunciações. Bakhtin vê a língua como algo concreto, fruto da manifestação individual de cada falante, valorizando, dessa forma, a enunciação, o evento lingüístico.

Essa concepção de língua como interação social influenciou os estudos que hoje se desenvolvem sobre a interação verbal, como a pragmática, a teoria da enunciação e a análise do discurso, e que adotam o princípio de que linguagem é ação e não meramente instrumento de comunicação. Isso porque, dessa perspectiva teórica, o sujeito ocupa uma posição distintiva no discurso, e a linguagem passa a ser considerada o lugar de constituição de subjetividade.

A atualidade de seu pensamento antecipou as principais preocupações da lingüística moderna, e se faz reconhecer nas principais abordagens críticas de análise de discurso. Mas também rebate sobre as abordagens sociológicas da realidade. Bourdieu mesmo sem ter desenvolvido um estudo metodológico sobre análise de discurso, discute a importância de a Sociologia analisar a lingüística e também sofre influência do pensamento de Bakhtin e de sua forma crítica de analisar a linguagem.

Podemos dizer que a crítica sociológica submete os conceitos lingüísticos a um triplice deslocamento ao substituir a noção de gramaticalidade por aceitabilidade, ou de língua por língua legítima; as relações de comunicação (ou interação simbólica) pelas de força simbólica e, ao mesmo tempo, a questão do sentido do discurso pela questão do valor e do poder do discurso; a competência lingüística pelo capital simbólico inseparável da posição do locutor na estrutura social (BOURDEIU, 2003, p.145)

Foucault também faz uma abordagem sobre o discurso buscando desvendar as relações entre as práticas discursivas e os poderes que as permeiam. No seu texto A Ordem do Discurso, esse autor parte da hipótese de que

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2006, p. 8-9).

No entanto, a despeito das influências sociológicas, diferentes correntes de pensamento marcam diferentes proposições para analisar os discursos.





Fairclough (2001), cuja teoria também sofre influência do pensamento de Bakhtin e de Foucault, classifica as abordagens de análise de discurso em dois grupos, segundo a natureza de sua orientação social para o discurso: abordagens não-críticas e abordagens críticas, e é nessa última que sua proposta se insere.

Fairlough (2001) classifica como não-críticas as seguintes abordagens: pressupostos para descrição do discurso de sala de aula, de Sinclair e Coultard; o trabalho etonometodológico da 'análise da conversação'; o modelo de discurso terapêutico de Labov e Fanshel; e a abordagem de Potter e Wetherell. As abordagens críticas que ele inclui são: a 'linguística crítica' de Fowler et al e a abordagem francesa de Pêcheux. A partir das características que ele vai desenhando para classificar as abordagens, podemos acrescentar à lista das abordagens críticas a análise crítica do discurso (ACD) de Van Dijk.

A análise crítica do discurso (ACD) de Van Dijk, por exemplo, é uma expressão dos avanços teórico-metodológicos que a análise do discurso vem experimentando ao longo dos últimos anos. Diferente das correntes não-críticas, Van Dijk (1997) vai ressaltar que ACD é uma estratégia especialmente dedicada a estudar os textos e a fala, mas que se dirige aos problemas e aos temas sociais. Ele vai afirmar que a ACD se centra particularmente "nas relações (de grupo) de poder, dominação e desigualdade, assim como na maneira como os integrantes do grupo social os reproduzem ou os opõem resistência através dos textos e da fala" (p. 16). Outros destaques interessantes na ACD se expressam na preocupação "em descobrir boas teorias acerca do papel que desempenha o discurso na interpretação e na reprodução da dominação social e da resistência" (VAN DIJK, 1997, p. 18). Nesse caso, podemos fazer uma ponte com a teoria dos campos de Bourdieu que nos oferece uma base teórica que julgamos adequada para a explicação das relações de poder e dominação no campo de produção do conhecimento, porque, entre outras coisas, explicita a natureza do poder social (acúmulo de capital cultural) de forma que se pode estabelecer relações como um dos objetivos propostos para ACD: compreender as relações de dominação expressas nos textos e nas falas. O próprio Van Dijk vai dizer que, no campo



acadêmico, os acadêmicos controlam os discursos acadêmicos, o que acontece via sala de aula, publicações, cursos etc. (1997, p. 19).

Michel Pêcheux e seus colaboradores também desenvolveram uma abordagem crítica de análise de discurso que tenta combinar uma teoria social do discurso com um método de análise textual, trabalhando principalmente com o discurso político escrito. Para Fairclough (2001), a principal contribuição dessa teoria foi desenvolver a idéia de que a linguagem é uma forma material da ideologia fundamentalmente importante. Pêcheux define um quadro teórico que toma os conceitos de discurso e de ideologia como nucleares, recorrendo aos conceitos de ideologia de Althusser, a partir da compreensão dos Aparelhos Repressores do Estado/Aparelhos Ideológicos do Estado, para estabelecer o entendimento de formação ideológica, e o de discurso de Foucault, para o de formação discursiva. Dessa discussão, poder-se-ia dizer que haveria dificuldades em relacionar os estudos de Bourdieu com os de Pêcheux, já que na sua teoria dos campos, Bourdieu discorda da leitura althusseriana dos aparelhos ideológicos. Para ele, o que existem são os campos sociais. Na definição e esclarecimento do conceito de campo, Bourdieu (1983, p. 107) o diferencia do conceito de *aparelho* (conceito utilizado por Althusser). Para ele, a noção de aparelho está vinculada ao pior dos funcionalismos: “é uma máquina infernal, programada para realizar certos fins”.

Um aparelho (ou instituição total) remete a algo mecanicamente submetido a uma intenção central, enquanto que a noção de campo é entendida como campo de forças, e também de lutas que visam transformar esse campo de forças (BOURDIEU, 2003a). O sistema escolar, o Estado, a Igreja, não são aparelhos, mas campos que, em certas condições, podem funcionar como aparelhos e são estas condições que ele examina.

Retomando as considerações de Foucault sobre o discurso, destacamos que, em seu livro *Arqueologia do Saber* (2007), utiliza várias definições de discurso sempre buscando esclarecer que o discurso é uma prática marcada por regras que definem suas condições de existências. E continua seu pensamento dizendo que



[...] gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o entrelaçamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como um conjunto de símbolos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de falar. (FOUCAULT, 2007, p. 54-55).

Para Foucault o discurso é uma prática social que se produz em razão das relações de poder, ele afirma que há um duplo e mútuo condicionamento entre práticas discursivas e não discursivas, embora resista o fato de que o discurso é constitutivo da realidade e produz, como o poder, inúmeros saberes. Nesse sentido, o discurso ao ser objeto de poder, é, ao mesmo tempo, objeto de desejo, ele não é simplesmente aquilo que traduz as lutas por dominação, “mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2006).

Assim como Foucault, Bourdieu (2003) também se refere às regras de produção do discurso e afirma que o discurso possui censuras que excluem determinados indivíduos, “não se fala a qualquer um e não é qualquer um que ‘toma’ a palavra”. O discurso é uma *relação de força simbólica*, baseada numa relação de autoridade-crença. Nesse sentido, “uma verdadeira ciência do discurso deve buscar essa verdade no discurso, mas também fora dele, nas condições sociais de produção e reprodução de produtores/receptores e da relação entre eles.” (BOURDIEU, 2003, pp. 149-150).

Nesse ponto, em meio a um amplo quadro de opções e com o objetivo de direcionar nossas reflexões a um tipo de análise de procedimentos investigativos que nos ajudem a compreender o campo educativo como um campo eivado por processos de mudanças, queremos focar na proposta metodológica da ADTO. Ao buscar compreender os novos sentidos que se reveste um determinado campo, queremos dizer que estamos em busca de apreender as mudanças sociais que determinada prática discursiva favorece, ao mesmo tempo que buscamos compreender como as mudanças sociais favorecem a mudança de determinada prática discursiva. Ou seja, é nossa



intenção debater um método que nos leve a compreender o modo como o discurso tem contribuído tanto para a reprodução como para a transformação do campo científico da educação e da pesquisa em política educacional, olhando para esse campo em sua relação de totalidade social.

### **A análise de discurso textualmente orientada (ADTO)**

Tomamos a ADTO como opção de pesquisa, pela consideração que Fairclough (2001) faz do discurso como prática discursiva, uma forma particular de prática social que se manifesta de forma lingüística – falada ou escrita. “Ao usar o termo ‘discurso’, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais” (p. 90). O que implica dizer que o discurso é um modo de ação das pessoas no mundo e sobre o mundo (como as pessoas agem sobre o mundo e sobre as outras) e também um modo de representação. Implica, ainda, uma relação dialética entre discurso e estrutura social, “existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira” (p. 91). Ou seja, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social e também é socialmente constitutivo.

Diferentes tipos de discurso em diferentes domínios ou ambientes institucionais podem vir a ser ‘investidos’ política e ideologicamente de formas particulares. Para explicar esse fato Fairclough (2001) nos diz como ele concebe as convenções e normas discursivas subjacentes aos eventos discursivos.

Na medida em que o discurso é entendido tanto como um modo de ação (como as pessoas atuam sobre o mundo e sobre as outras) como um modo de representação, em que há dialética entre ele e a estrutura social, ou seja, como uma prática social, ele é moldado e restringido pela estrutura social.

Fugindo de uma concepção estruturalista e buscando apoio num orientação histórica da mudança discursiva ele debate com o termo ‘interdiscurso’, termo utilizado pelos analistas de discurso franceses, e que



sugere uma complexa configuração interdependente de formações discursivas. Mas, ele opta por trabalhar com o termo foucaultiano de 'ordem de discurso', que supõe o discurso como uma prática eivada de contradições e lutas em constante (re)articulação dentro da ordem social. "As ordens de discurso podem ser consideradas como facetas discursivas das ordens sociais, cuja articulação e rearticulação interna têm a mesma natureza" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 96).

O termo ordem de discurso se refere à totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade e o relacionamento entre elas. E é esse movimento que interessa ao analista do discurso.

Entendendo que a prática discursiva manifesta-se em forma de texto (linguagem falada e escrita), Fairclough (2001) diz que a análise de um discurso particular como exemplo de prática discursiva deve focalizar os processos de produção, distribuição e consumo do texto. Ressaltando que esses processos são sociais e exigem referência aos âmbitos econômicos, políticos e institucionais particulares nos quais o discurso é gerado.

Assim, Fairclough (2001) sugere uma análise tridimensional, explicando que qualquer evento ou exemplo de discurso pode ser considerado, simultaneamente, um texto (análise lingüística), um exemplo de prática discursiva (análise da produção e interpretação textual) e um exemplo de prática social (análise das circunstâncias institucionais e organizacionais do evento comunicativo). A ADTO está interessada na mudança social, por isso essa análise tridimensional envolve três tradições analíticas: a tradição da análise textual e lingüística, a tradição macrosociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais e a tradição da interpretativa ou microsociológica de considerar a prática social como alguma coisa que as pessoas produzem ativamente.

Para esse autor coexistem em todos os discursos funções da linguagem e dimensões de sentido, de forma que ele define três funções: função identitária que se relaciona aos modos pelos quais as identidades sociais e posições de sujeito se estabelecem no discurso; função relacional que diz respeito à maneira como as relações sociais entre os participantes do discurso



são representadas e negociadas; a função ideacional que se relaciona aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações; e acrescenta a função textual (definida por HALLIDAY, 1978, citada por FAIRCLOUGH, 2001, p. 92), que diz respeito a como as

informações são trazidas ao primeiro plano ou relegadas a um plano secundário, tomadas como dadas ou apresentadas como novas, selecionadas como tópico ou tema, e como partes de um texto se ligam a partes precedentes e seguintes do texto e à situação social fora do texto.

Fairclough (2001) também entende o discurso como prática política (que estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas – classes, comunidades, grupos – entre as quais existem relações de poder) e como prática ideológica (constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder.) Para ele, discurso como prática política é não apenas um local de luta de poder, mas um marco delimitador na luta de poder: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares, as próprias convenções e os modos em que se articulam são um foco de luta.

Por fim, pode-se dizer que a concepção de discurso defendida por Fairclough, se articula, ou pelo menos não refuta, os preceitos defendidos por Bourdieu quando afirma que uma ciência da linguagem deve analisar as condições sociais de produção e circulação lingüísticas. “As características mais importantes do discurso se devem às relações de produção lingüística nas quais ele é produzido. O signo não tem existência fora de um modo de produção lingüístico concreto” (2003, p. 147).

#### *Os procedimentos investigativos na ADTO*

Fairclough (2001) nos adverte que não há um procedimento fixo para se fazer análise de discurso, “as pessoas abordam-na de diferentes maneiras, de acordo com a natureza específica do projeto e conforme suas respectivas visões de discurso”, ao que ainda acrescenta: o que há são “diretrizes gerais,



indicadoras dos principais elementos e das considerações que se aplicam à análise de discurso” (p. 275). Assim, o método propõe focar as três dimensões já aludidas.

A primeira dimensão é baseada na tradição de análise textual e lingüística, denominada de descrição, cuida da análise lingüística (microanálise da prática discursiva). A análise da prática discursiva está baseada na tradição interpretativa ou microssociológica, trabalha com a natureza da produção e interpretação textual. A análise da prática social tem por objetivo geral especificar “a natureza da prática social da qual a prática discursiva é uma parte, constituindo a base para explicar por que a prática discursiva é como é; e os efeitos da prática discursiva sobre a prática social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 289). O autor ainda nos adverte que essas três dimensões de análise vão inevitavelmente estar superpostas na prática, e que também não há uma ordem arbitrária de início do trabalho, podendo-se iniciar pela análise do texto ou da prática discursiva conforme os objetivos da pesquisa ou adequações ao perfil do pesquisador.

Procedimentalmente, a análise textual pode ser definida como a etapa descritiva da ADTO. A separação entre os tópicos de análise textual e análise da prática discursiva não é nítida por conta da sobreposição que existe entre a produção e interpretação textual. Mesmo assim, Fairclough destaca na análise textual os aspectos formais dos textos e destaca na análise da prática discursiva os aspectos produtivos e interpretativos.

Ou seja, a análise textual, como primeira dimensão utilizada por Fairclough, tem sua construção materializada por meio de uma descrição dos aspectos formais presentes no texto de modo significativo. É nesse nível que o pesquisador deve exercitar a observação, voltada à descrição do discurso. Nesse sentido, o autor propõe um movimento ascendente de compreensão da produção do discurso que envolve as seguintes questões: o *vocabulário* (observação do significado de palavras consideradas chaves); a *metáfora* (caracterização e comparação com outras semelhantes na busca de identificar fatores e feitos de sentidos que revelem pensamentos e práticas implícitas); a *gramática* (transitividade, tema e modalidade) e a *coesão e estrutura textual*



(observação de conectivos e argumentação que revelem a posição do intérprete como sujeito).

As observações acima referentes à análise textual e suas respectivas categorias aparentemente são orientadas para formas lingüísticas enquanto outras são orientadas para questões de significado, mas tal distinção é ilusória, pois ao se analisar um texto sempre se examina simultaneamente estas duas questões.

Tais considerações podem ser articuladas aos preceitos e orientações que Bourdieu (1996, 2003) nos faz sobre as relações lingüísticas de produção. Para ele, uma palavra só tem sentido, só existe, submersa em uma situação, assim, compreender não é reconhecer um sentido invariante, mas apreender a singularidade de uma forma que só existe num contexto particular.

Fairclough organiza a análise textual nos quatro itens citados e distingue outros três itens principais que, mesmo envolvendo aspectos formais do texto, serão usados na análise da prática discursiva: a força dos enunciados (tipos de atos de fala – promessas, pedidos, ameaças etc.); a coerência dos textos e a intertextualidade, que se vincula diretamente com a análise da prática discursiva.

Nas proposições de Fairclough (2001), a prática discursiva (produção, distribuição e consumo dos textos) está baseada na tradição interpretativa ou microsociológica de levar em conta a prática social como algo que as pessoas, ativamente, produzem e apreendem com embasamento em procedimentos compartilhados consensualmente. Trata-se, portanto, de uma análise chamada de “interpretativa”, pois é uma dimensão que trabalha com a natureza da produção e interpretação textual.

Esse autor ao se referir à produção, distribuição e consumo dos textos, afirma que a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais, ou seja, considera que os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos; que os textos são consumidos diferentemente em contextos sociais diversos; e que alguns textos têm distribuição simples, outros complexa.





Quanto à produção, Fairclough (2001) diz que o conceito de produtor textual é mais complicado do que possa parecer e se apóia em Goffman (1981) que sugere uma desconstrução do produtor: animador (a pessoa que realiza os sons ou marcas no papel); o autor (responsável pelo texto) e principal, aquele cuja posição é representada pelas palavras. A produção pode ser individual ou coletiva.

Semelhantemente à produção, os textos são consumidos diferentemente em variados contextos sociais. A produção e o consumo podem ser individuais ou coletivos. Os textos podem ser caracterizados por distribuição simples (conversa casual) ou complexa. Eles podem apresentar resultados variáveis, de natureza extradiscursiva e, ainda, discursiva (os atos de fala). (FAIRCLOUGH, 2001).

Os processos de produção e interpretação são socialmente restringidos num sentido duplo. Primeiro pelos recursos disponíveis pelos membros e segundo pela natureza específica da prática social da qual fazem parte. “Um aspecto fundamental do quadro tridimensional para a análise de discurso é a tentativa de exploração dessas restrições especialmente a segunda – fazer conexões explanatórias entre a natureza dos processos discursivos em instâncias particulares e a natureza das práticas sociais de que fazem parte” (FAIRCLOUGH, 2001, p 109).

Aqui novamente, podemos relacionar a proposição de Fairclough com Bourdieu, já que para o segundo “as características mais importantes do discurso se devem às relações de produção lingüística nas quais ele é produzido. O signo não tem existência fora de um modo de produção lingüístico concreto” (2003, p. 147).

Consideramos que uma dimensão da análise que pode ser tratada com maior intensidade nos estudos sobre as políticas educativas é a intertextualidade, propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que busca revelar o que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante. A intertextualidade na ADTO sofre influência da obra de Bakhtin, que já afirmava que o discurso é constituído de outros



discursos que o precedeu, e tratar o texto a partir dessa característica é tomá-lo historicamente. Em termos de produção, a intertextualidade acentua a historicidade dos textos. (FAIRCLOUGH, 2001).

Fairclough (2001) define dois tipos: a intertextualidade manifesta (quando no texto se recorre explicitamente a outros textos específicos) e a intertextualidade constitutiva ou interdiscursividade, que se refere à constituição heterogênea de textos por meio de elementos (tipos de convenção) das ordens do discurso.

A dimensão que analisa o discurso como prática social constitui-se numa análise de tradição macrossociológica e com características interpretativas. É uma dimensão que verifica as questões de interesse na análise social, ou seja, analisa as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e de que maneira elas moldam a natureza da prática discursiva. Nesse sentido, Fairclough formula sua análise da prática social centrada nos conceitos de ideologia e hegemonia.

Entendendo as ideologias como significações/construções da realidade que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução e a transformação das relações de dominação, ele rejeita o determinismo de Althusser e diz que “a questão-chave é se a ideologia é uma propriedade de estruturas ou uma propriedade de eventos, e a resposta é ‘ambas’. E o problema-chave é encontrar uma explicação satisfatória da dialética de estruturas e eventos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 118).

Fairclough (2001) toma o conceito de hegemonia de Gramsci.

Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio estável’. Hegemonia é construção de alianças e integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122).



Tal concepção de luta hegemônica está em harmonia com a concepção dialética da relação entre estruturas e eventos discursivos de forma que a produção, a distribuição e o consumo de textos são, na realidade, um dos enfoques da luta hegemônica que contribui, em diferentes graus, para a reprodução ou a transformação não apenas da ordem de discurso existente, mas também das relações sociais e assimétricas existentes.

Trabalhar com a teoria dos campos de Bourdieu e com seu entendimento sobre a produção do discurso, é considerar as relações de poder que engendram as práticas sociais marcadas/constituídas pela estrutura material.

Toda estrutura social está presente na interação (e, através dela, no discurso): as condições materiais de existência determinam o discurso por intermédio das relações de produção lingüística que elas tornam possíveis e estruturam. As condições materiais comandam não só os lugares e momentos da comunicação (determinando as chances de encontro e comunicação por meio de mecanismos sociais de eliminação e seleção), mas também a forma de comunicação por intermédio da estrutura da relação de produção em que é engendrado o discurso, o que permite a alguns impor seus produtos lingüísticos e excluir outros. (BOURDIEU, 2003, p. 155).

Nesse sentido, podemos considerar que esses conceitos, centrais para Fairclough e, em certa medida, para Bourdieu, também são adequados aos estudos sobre a política educacional, isso por considerarmos que propostas políticas ou programas educativos, entendidos como prática social, são marcados por opções sócio-políticas e ideológicas, ou seja, expressam um referencial normativo próprio. Assim, os discursos que os embasam revelam e mascaram determinados sentidos, destacam alguns pontos em detrimento de outros, desconsideram algumas questões, ressaltam outras,

mostra (m) e esconde(m) elementos conforme os sentidos a serem divulgados. A produção de discurso depende sempre das condições históricas: sujeitos, situação, memória de sentidos. Um discurso político, como qualquer outro, tem filiações. E, em conjunturas diferentes, lança mão de enunciados já ditos, que já foram significados historicamente e que são inseridos em novas conjunturas, nas quais ganham outros significados (GARCIA, 2004, p. 5)



Revelar e analisar esses sentidos e significados é uma das atribuições do pesquisador.

### **Considerações Finais**

A tarefa assumida no início desse texto girou em torno de possíveis contribuições para o campo da avaliação das políticas educativas, especificamente sobre a possibilidade de articulação metodológica entre a teoria dos campos de Bourdieu e a ADTO de Fairclough, num movimento que propõe analisar a política pública a partir de um enfoque relacional articulado com a mudança social.

Tentamos propor elementos passíveis de gerar questionamentos na interface de uma análise sociológica articulada à uma análise de discurso. Consideramos, nesse caminho, que a perspectiva de análise de discurso, aqui posta, admite que o processo de formação discursiva vai se desenvolvendo na medida em que os sujeitos procuram interpretar o significado das interações sociais. Preocupa-se, também, com a compreensão de aspectos que influencia a mudança de um determinado contexto histórico. (HOWARTH, 2000).

Por outra parte, mas articuladamente, entendemos que as políticas educativas, por representarem e/ou materializarem o referencial normativo adotado pelo estado através da própria ação estatal, revelam teias de relações que envolvem diferentes instâncias de poder e estão inseridas numa realidade dinâmica, complexa e contraditória, igualmente marcada por desigualdades socioculturais e econômica.

Por tudo isso, o traço mais característico de uma política pública diz respeito ao debate e a disputa sobre a organização da sociedade, pelo que se traduz sua dimensão teleológico-normativa. Daí afirmar que não existe política (pública) sem participação e não existe participação sem discurso. Os objetivos e todo o detalhamento das políticas públicas não podem ser expressos a não ser no e por meio do discurso. Portanto, não existem políticas públicas fora do discurso. (GOMES, 2011, p. 22-23)



E não existe discurso político fora da prática, pois, segundo Fairlough (2001) os discursos políticos já são práticas que se materializam segundo suas próprias concepções. Ou seja, para ele, o discurso é expressão da realidade social, é constituído e constituidor em relação à vida social. Ou seja, um dos pontos centrais da sua teoria é que é possível, por exemplo, afirmar que as práticas discursivas são constitutivas a partir de processos convencionais e criativos, ou seja, reforçam a formação da sociedade tal qual está estabelecida, como também contribui para transformá-la.

Bourdieu, ao propor análise relacional, também o faz com relação ao discurso. Para ele, “uma verdadeira ciência do discurso deve buscar essa verdade no discurso, mas também fora dele, nas condições sociais de produção e reprodução de produtores/receptores e da relação entre eles” (2003, p. 150).

A proposta de vincular os dois enfoques aqui debatidos advém de nossa concepção de que a realidade educacional, e as políticas em ação que temos presenciado nos últimos anos aqui no nosso país, nos impõe uma obrigação epistemológica de continuar analisando de forma cada vez mais apurada nas políticas educativas. Isso porque entendemos que o rigor de nossas análises e as propostas de mudanças que advém das mesmas podem contribuir no movimento de mudança social.

### Referências

ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n.51, p.7-9, fev. 2003.

AZEVEDO, J. M. L. de; AGUIAR, M. Â. A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da Anped. **Educação e Sociedade**, v.22, n.77, p.49-70. dez. 2001.

BAKTHIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. 6.ed. Campinas,SP: Papirus, 2005.



BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. 7.ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2004.

BOURDIEU, P. A economia das trocas lingüísticas. In: ORTIZ, R. (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho D'água, 2003. p. 144-169.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho D'água, 2003a. p. 112-143.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Ed. UnB, 2001.

BOURDIEU, P. **Language and power**. London and New York: Longman, 1990.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 14.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, jun. 2000.

GARCIA, R. M. C. Discursos políticos sobre inclusão: questões para as políticas públicas de educação especial no Brasil. In: **Anais da 27ª Reunião Anual da Anped**. Minas Gerais, Caxambu, 2004.

GATTI, B. A. Estudos Quantitativos em Educação. **Educação e pesquisa**, n. 1, v. 30, p. 11-30, jan./abr. 2004.

GOMES, A. M. Políticas Públicas, Discurso e Educação. IN: GOMES, A. M. (Org.). **Políticas Públicas e Gestão da Educação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

GONÇALVES, N. G. **A relação estado e educação na produção acadêmica brasileira (1971-2000)**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

LAHIRE, B. Reprodução ou prolongamentos críticos? **Educação e Sociedade**, Ano XXIII, n. 78, p. 37-55, abr. 2002.

SANDER, B. A produção do conhecimento em políticas e gestão da educação. **Linhas críticas**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 41-54, jan./jun. 2005.

VAN DIJK, T. A. **Racismo y análisis crítico de los medios**. Barcelona: Paidós, 1997.



ReLePe

II Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Política Educativa

18, 19 e 20 de agosto de 2014 - Curitiba - Paraná - Brasil

TREVISAN, A. P. ; BELLEN, H. M. V. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.42, n. 3, p. 529-550, maio/jun., 2008.